



SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina

Impresso Especial
68001455/04 - DR/SC
SINTESPE
CORREIOS

Praça. Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Mar.Abr./2011 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

foto arquivo / Sinte



Entidades decidem unificar as lutas para fortalecer as reivindicações em prol dos servidores públicos

eleição sintespe

TRT/SC mais uma vez decidiu pela legalidade das eleições do Sintespe

Pela segunda vez a Justiça do Trabalho decidiu que a eleição do SINTESPE, realizada em abril e maio do ano passado, cumpriu integralmente com as normas estatutárias do sindicato. A decisão foi proferida por unanimidade pela 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em reunião plenária realizada no dia 01/03, sob a presidência do juiz Jorge Luiz Volpato, das juízas Águeda Maria L. Pereira e Viviane Colucci e do Procurador do Trabalho Jaime Roque Perotoni.

Na condição de relatora a juíza Águeda Maria deixou registrado em seu voto “que a eleição foi deflagrada em cumprimento às disposições do estatuto sindical no que toca aos prazos, com término de mandato da direção sindical eleita para o período de 2007-2010 (marcados 28, pág. 19)”. E, mais, que “os documentos trazidos à colação, verifica-se que a Comissão Eleitoral, em reunião com a participação dos representantes das chapas inscritas, deu curso ao processo das eleições sem qualquer atrito entre seus membros, devendo ser salientado que as deliberações ocorreram por consenso absoluto, ausente a necessidade de submetê-los a voto”. ... “Mais não é só. Isso porque a parte-autora (representantes da chapa 3), nas reuniões da Comissão Eleitoral esteve presente como representante da Chapa 3, ou seja, também deliberou em consenso com os demais membros” ... “Além disso, há ser refutada qualquer alegação no sentido de que a “máquina sindical” tenha sido utilizada em favor de uma das chapas, na medida que todos os candidatos a presidente das respectivas chapas eram dirigentes do sindicato e, portanto, com acesso ao “aparelho sindical”. Antônio Luiz Battisti, candidato a presidente do Sintespe pela Chapa 1, detinha o cargo de vice-presidente, e Antônio Celestino Lins, candidato a presidente pela Chapa 2, detinha o cargo de diretor de Assuntos Jurídicos e Célia Maria Campos, candidata a presidente pela Chapa 3, detinha o cargo de diretora de Comunicação, com acesso, evidentemente, ao banco de dados e endereços eletrônicos da entidade, incluídas as relações de filiados e respectivos endereços”. ... “Admitir o contrário implicaria em pressupor vícios de forma adrede [de propósito] e destituídas de comprovação, o que se revela inadmissível em se tratando de entidade sindical que possui histórico de lutas e defesa dos interesses da categoria que representa”.

O advogado do Sintespe, Jayson Nascimento, fazendo a defesa oral do processo eleitoral, refutou todas as alegações infundadas contidas no recurso da representante da Chapa 3, ressaltando confecção e publicação do Edital e de todos os procedimentos eleitorais atenderam rigorosamente ao Estatuto. “Além de que a liberdade e autonomia sindical não permitem mais que uma Portaria Ministerial editada no período da Ditadura Militar e que artigos da CLT venham a prevalecer sobre o Estatuto da entidade”, alegou o advogado Jayson Nascimento.

Desta forma, fica reafirmada pela Justiça do Trabalho a legitimidade e a legalidade da eleição, do resultado eleitoral, da posse e do mandato da atual Diretoria do SINTESPE. A cópia na íntegra do documento contendo o voto da juíza relatora está disponível no site do SINTESPE.

governo colombo

Direito não se reduz, se amplia: Data-base com reajuste anual, já!

No Projeto de Lei que trata da Reforma Administrativa do Governo, em tramitação na Assembléia Legislativa, a exposição de motivos indica que o custo financeiro com a criação de 231 cargos comissionados será da ordem de R\$ 11 milhões só no em 2011. Mesmo criando cargos comissionados desnecessários o governo diz que irá fazer economia. A manobra utilizada foi propor a extinção de 286 cargos efetivos. Só na Secretaria da Fazenda a previsão é extinguir 200 cargos na medida em que vagarem por conta da aposentadoria do servidor ou que nem ocupados estão. Até parece brincadeira, mas o objetivo é tentar vender para a opinião pública a idéia de austeridade e economia, quando na verdade estão inchando ainda mais a máquina do estado com criação de cargos comissionados, possivelmente para atender a ampla coligação partidária do atual governo.

Se o governo tem dinheiro para criar mais cargos comissionados

também tem dinheiro para conceder reajuste. Por isso, aproveitando a tramitação do projeto da Reforma Administrativa, proposta pelo governo Colombo, o Sintespe apresentou várias emendas e, dentre elas uma que fixa a data-base para o reajuste anual dos servidores estaduais. Nos oito anos do governo Luiz Henrique o servidor foi lesado em seu direito constitucional, de ver assegurado anualmente o reajuste para repor o que foi tirado pela inflação.

Outra reivindicação dos servidores é a possibilidade de conversão de 1/3 da licença-prêmio em dinheiro, fato que já acontece no magistério e na Polícia Civil. Esta é outra emenda proposta pelo SINTESPE para ser analisada pelos Deputados Estaduais, juntamente com a proposta de gozo dessa licença em período não inferior a 15 dias - hoje é de 30 dias, sendo que no Judiciário e no Tribunal de Contas já permitido em período de 15 dias.

Visando deixar claro que o SIN-

TESPE não concorda com a terceirização e privatização dos serviços públicos, mais duas emendas foram apresentadas: uma que extingue a legislação estadual que permite a transferência dos serviços de Saúde, Educação, Cultura e Esporte para a gestão privada de entidades tratadas como Organizações Sociais (OS) e a segunda que tenta impedir o Sistema Prisional seja repassado para a gestão da iniciativa privada. Desta forma o SINTESPE se dirige aos Deputados Estaduais reivindicando a aprovação das emendas e a abertura de negociação com o governo do Estado.

Neste mês de abril o sindicato estará iniciando as reuniões por local de trabalho, visando discutir e elaborar a Pauta de Reivindicações, tendo como central a luta pelo estabelecimento da data-base no mês de maio para definição do reajuste anual, a exemplo do que já ocorre no Ministério Público, Tribunal de Justiça, Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas.



Battisti fala sobre a importância das ações conjuntas entre as entidades sindicais

Plenária do Sinte abre discussão sobre a unificação das lutas dos servidores públicos

Para avaliar a conjuntura e debater as reivindicações que unificam o conjunto dos servidores estaduais, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), com a participação de várias entidades sindicais, realizou no dia 25/02, em Florianópolis, reunião do Conselho de Representantes. O Presidente Antônio Battisti, o Secretário Geral Mário A. da Silva e os diretores sindicais Wolney Adilson da Rocha Chucre e Sebastião Teotônio representaram o Sintespe neste encontro.

Battisti enalteceu a iniciativa da direção do Sinte e afirmou ser preciso a união das entidades sindicais para por fim aos oito anos sem a existência de data-base e sem política salarial. O presidente ainda destacou a importância das ações conjuntas, com atos unificados, visando abrir as negociações com o governo Colombo.

Também chamou a atenção para necessidade de se estabelecer um calendário de luta contra o sucateamen-

to, a terceirização e a transferência da gestão de serviços públicos para as Organizações Sociais (OSs). Do ponto de vista da política nacional, reafirmou que o Sintespe tem uma posição clara de combate aos planos de ajustes fiscais que ameaçam os direitos dos trabalhadores e propõem o corte de investimentos sociais e nas áreas de infra-estrutura, e visam cumprir imposições do FMI e do Banco Mundial.

Ao avaliar o resultado do evento, a Secretária Geral do Sinte e integrante da direção da CUT, Ana Júlia Rodrigues, também destacou a importância de nesse momento unificar as lutas, evitando com isso que o governo fragmente a categoria e enfraqueça as discussões sobre a Pauta de Reivindicações. "Nós não podemos deixar que a política de terceirização e privatização dos serviços públicos tenha continuidade no governo Colombo", defende Anna Julia. Além do Sinte e do Sintespe a representação do Sindicato Saúde também participou do evento.

comunicação

Você pode falar diretamente com os diretores do Sintespe enviando por email suas críticas, sugestões e dúvidas.

Cargo	Nome	Email
Presidente	Battisti	presidente@sintespe.org.br
Vice – Presidente	Claudia	vice-presidente@sintespe.org.br
Secretario Geral	Mario	secretariogeral@sintespe.org.br
Primeiro Secretario	Marlete	primeirosecretario@sintespe.org.br
Finanças	Zila	financas@sintespe.org.br
Adjunto Finanças	Angelina	adjuntofinancas@sintespe.org.br
Est. Sócio Economico	Carlos	socioeconomico@sintespe.org.br
Org. Relações Sindicais	Wolney	relacoessindicais@sintespe.org.br
Formação Sindical	Elizete	formacao@sintespe.org.br
Cult. Eventos	Vania	culturaeventos@sintespe.org.br
Assuntos Juridicos	Maria	assuntosjuridicos@sintespe.org.br
Comunicação	Maurino	comunicacao@sintespe.org.br
Saude Seg. Trabalho	Sebastião	saudesegurancatrabalho@sintespe.org.br

balancete 12/2010

Confira no quadro abaixo o demonstrativo de receitas e despesas referentes ao mês de dezembro de 2010.

RECEITA	
Mensalidade de Associados	117.193,43
Receitas de Precatórios	19.964,03
Receita de locação	950,00
TOTAL DAS RECEITAS	138.107,46
DESPESA	
PESSOAL E ENCARGOS (Salários, 13º, Férias)	61.341,29
DESPESAS GERAIS	
Água e Esgoto	97,88
Alimentação/Refeições	3.859,55
Aluguéis	4.363,56
Cartórios	139,10
Combustíveis e Lubrificantes	546,07
Correios e Malotes	173,90
Energia Elétrica	536,05
Estacionamento	37,00
Faxina e Material de Higiene	350,54
Fotocópias	1,00
Honorários Contábeis	3.200,00
Internet	123,66
Manutenção em Programas	1.173,05
Manutenção e Reparos	162,13
Material de Expediente	789,80
Perdas	5.396,44
Segurança do Patrimônio	129,60
Seguros	1.681,88
Telefones	2.916,18
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	
- Livros/Jornais/Revistas	789,00
- Rádios/TV/Som/etc	427,50
ATIVIDADES SINDICAIS	
- Complemento Salarial	3.422,48
- Contribuição a CUT	10.764,12
- DIESSE	401,42
ASSESSORIA JURÍDICA/CUSTAS	22.061,18
REUNIÕES DIRETORIA E REPRESENTANTES	
- Alimentação/Hospedagem/Passagens	3.574,62
- Combustíveis e Lubrificantes	84,11
- Táxi	46,60
DELEGACIA REGIONAL DE LAGES	1.534,38
DELEGACIA REGIONAL DE CHAPECÓ	3.513,93
DELEGACIA REGIONAL DE JOINVILLE	1.753,84
DESPESAS FINANCEIRAS	115,91
TOTAL DAS DESPESAS	135.507,77

Acompanhe a publicação dos Balancetes no site do Sintespe

jurídico

Sintespe chama servidores para tratar de Ações Judiciais

O Setor Jurídico do Sintespe solicita que os servidores ou seus herdeiros, conforme relação de nomes a seguir, façam contato com o sindicato para tratar de assuntos referentes às ações judiciais.

- Maria de Lourdes Costa (SES)
- Idalina dos Santos Cabussu (SES)
- Abílio Noé da Silveira (SES)
- Maria Salete Barbosa da Silva (SES)
- Silvana Maria de Souza (SES)
- Aldo Laurentino (SES)
- Maria Madalena A. Santos (SES)
- Herdeiros:
 - Dolores Antonia Alves (SED)
 - Amâncio Garcia (DEINFRA)
 - Henrique Horácio Fernandes (DEINFRA)

emendas

Emenda Constitucional resgata aposentadoria por invalidez permanente com paridade aos servidores

Uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/2008 em tramitação na Câmara Federal pretende assegurar o direito de proventos integrais com paridade aos servidores. A situação é que depois da Emenda Constitucional nº 41/03, alguns servidores públicos que se aposentaram por invalidez perderam a paridade com os funcionários da ativa. A PEC acrescenta o parágrafo 9º ao art. 40 da Constituição Federal de 1988, garantindo ao servidor que aposentar-se por invalidez permanente, desde que tenham ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998, o direito dos proventos integrais com paridade.

jornal

Cadastre-se

Acesse o site do Sintespe e cadastre o seu email para receber o Boletim Eletrônico. Essa é uma das ferramentas que o sindicato disponibiliza para manter os servidores informados sobre a luta da categoria.



Mobilização dos servidores públicos em frente a Procuradoria Geral do Estado (PGE)

imposto sindical

Superintendente do MTE confirma que Sintespe não recebeu recursos do imposto sindical

Em reunião convocada pelo Superintendente Regional do Trabalho (MTE/SC) Carlos Artur Barboza, realizada no dia 25/03, na sede da Delegacia do Trabalho da Capital, a diretoria do SINTESPE foi informada oficialmente que os valores da Contribuição Sindical, também chamada de Imposto Sindical, foram recolhidos de forma incorreta pelo Estado nos anos de 2009 e 2010. Isto porque a Secretaria da Fazenda preencheu equivocadamente as guias para recolhimento do imposto, sendo que em uma delas colocou o nome da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e na outra guia preencheu em nome Conta Especial Emprego e Salário do Ministério do Trabalho (CEES) no espaço reservado a indicação do nome da entidade sindical.

Seguindo orientação do superintendente Regional do Trabalho, o SINTESPE já protocolou requerimento na Secretaria de Estado e Administração (SEA) - Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas - anexando as guias para o correto recolhimento da Contribuição Sindical do exercício de 2011.

Essas guias não permitem que os valores sejam depositados pelo Estado diretamente na conta bancária do SINTESPE, muito menos que os valores sejam divididos com entidades de âmbito nacional, mas sim que os valores sejam depositados em conta vinculada ao Ministério do Trabalho (MTE), e como frisamos acima, com identificação das entidades sindical de base. É a entidade de base (sindicato) que irá indicar ao Ministério do Trabalho, a sua vinculação com as demais entidades superiores (Federação, Confederação

e Central Sindical).

O superintendente Carlos Artur Barboza confirmou que Ministério do Trabalho (MTE) não depositou qualquer recurso na conta do SINTESPE. O superintendente disse que a regional do MTE está intercedendo no processo visando à devolução da parcela que caberia ao sindicato, referente aos descontos efetuados pelo Governo nos anos anteriores.

Entretanto, não deu garantia se este procedimento será aceito em fase da legislação tributária. E mais, disse textualmente: “da forma como o Governo procedeu até aqui o melhor é que não tivesse efetuado qualquer desconto do servidor”.

O sindicato continua questionando o comportamento da Procuradoria Geral do Estado (PGE) que em 2008, além de não ter ingressado com os recursos judiciais em ação movida pela Confederação [fantasma] firmou um acordo em juízo

que fere a legislação vigente.

O SINTESPE ingressou com ação rescisória junto ao Tribunal de Justiça para cancelar o desconto do imposto sindical já que os servidores são regidos pelo regime estatutário e não pelo regime da CLT que fixa a Contribuição Sindical.

“Com isso, mais uma vez, a diretoria do SINTESPE esclarece as possíveis dúvidas sobre o assunto, confirmando que efetuará a devolução dos recursos que vierem a ser depositados na conta do sindicato”, afirma a vice-presidente Maria Claudia que vem representando o sindicato nas questões relativas ao imposto sindical. Se mais alguma dúvida restar, cabe ao servidor, que não entender os fatos acima como verdadeiros, buscar os esclarecimentos na Procuradoria Geral do Estado, no Ministério Público Estadual ou no Ministério do Trabalho, este último situado à Rua Victor Meirelles, 198.



Assessora Jurídica do Sintespe, Patricia Caldieraro e vice-presidente do sindicato Maria Claudia em reunião com o superintendente do MTE/SC, Carlos Artur Barboza.

Reuniões para eleição dos representantes por local de trabalho

No transcorrer dos meses de abril e maio diretoria do Sintespe dará continuidade as reuniões com os servidores para escolha dos representantes por local de trabalho.

A reuniões são parte de uma extensa agenda que a diretoria está cumprindo, tanto para conversar com os servidores sobre a Campanha Salarial, Pauta de Reivindicações e problemas existentes em cada setor.

De acordo com o Estatuto do sindicato o representante é eleito e será responsável pela organização do conjunto dos trabalhadores de um mesmo

ramo de atividade do serviço público estadual na base territorial da respectiva Delegacia Regional.

Também serão realizadas reuniões nas principais regiões com os servidores aposentados, sendo que a primeira reunião será na Grande Florianópolis, no dia 19 de abril, às 14 horas, na sede do SINTESPE situada à Rua Olivio Amorim, 82 - Centro, fone para contato 3223-6097. Nas demais regiões as reuniões serão confirmadas oportunamente, por meio de carta a ser enviada aos servidores aposentados.

Reunião estadual dos servidores da Secretaria da Justiça e Cidadania

Com a estruturação da Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania, o SINTESPE esta convocando os servidores lotados nessa pasta para uma reunião estadual no dia 29 de abril, a partir das 9 horas na sede do

SINTESPE, em Florianópolis. Esta reunião é aberta aos servidores administrativos e técnicos, inclusive para os servidores da administração direta locados em delegacias de política.



“O Haiti precisa de médicos, enfermeiros e várias formas de ajuda, não de tropas”

Desde junho de 2004 o comando militar da Minustah – Missão da ONU no Haiti – está nas mãos do Brasil, cujas tropas são também as mais numerosas dentre os diversos países que participam da ocupação no país irmão.

É preciso terminar com a participação do Brasil numa operação militar que é repudiada pela grande maioria do povo haitiano. Os fatos mostram que essa ocupação só fez aprofundar a situação dramática do povo e negar a sua soberania de decidir seu próprio destino.

Há mais de um ano do terremoto que causou mais de 300 mil mortos, seguido por uma epidemia de cólera introduzida no país por tropas da Minustah do Nepal,

assistimos ao triste espetáculo de eleições manipuladas e fraudulentas que levam a um impasse total, reconhecido inclusive pelos organismos internacionais.

A presença, por mais de seis anos, das tropas da ONU comandadas pelo Brasil, em nada ajudaram na prevenção das catástrofes naturais e sociais que atingem o povo haitiano. De nada serviram para a retomada da democracia e da soberania. Ao contrário, foi fiadora de farsas eleitorais, além de ter jogado um papel de repressão contra as mobilizações do povo haitiano, cujas organizações denunciam estupro de mulheres, assassinatos de dirigentes do movimento sindical e popular, cometidos por mem-

bros das tropas da ONU.

2011 começou sob o signo de luta dos povos da Tunísia e do Egito pela liberdade e soberania nacional. 2011 também deve ser o ano de uma mudança de atitude do governo brasileiro diante do Haiti, baseado no respeito à soberania do povo.

Assim, não é possível que nosso país, através de seu governo, continue participando nessa vergonhosa operação. A ocupação do Haiti foi decidida pelos mesmos que derrubaram Aristide e sustentaram os regimes ditatoriais da Tunísia e do Egito.

O governo brasileiro deve trazer de volta para casa os soldados brasileiros, rompendo com a sua

participação na Minustah. O que o Haiti necessita é de médicos, enfermeiros, engenheiros, ajuda técnica e material para a sua reconstrução, e não de soldados para reprimir as legítimas manifestações e reivindicações de seu povo.

A Secretária Nacional dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, recebeu em audiência no dia 29/04, o sindicalista Figolé St. Cyr, secretário geral da CATH (Central Autônoma dos Trabalhadores do Haiti). A Secretaria prometeu encaminhar o pedido de retiradas das tropas brasileiras do Haiti para o ministério e junto à Presidência da República.